

Eixo Temático ET-05-011 - Recursos Hídricos

GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: UMA ABORDAGEM SOBRE OS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DE MATO GROSSO

Leandro Obadowiski Bruno¹, Ibraim Fantin-Cruz²

¹Analista de Meio Ambiente – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Mato Grosso. E-mail: obadowiski@gmail.com.

²Professor do Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos – PPGRH/UFMT.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é abordar a atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHS) na gestão dos recursos hídricos em Mato Grosso. A metodologia envolveu levantamento bibliográfico, realizado através de pesquisa e coleta de documentos pertinentes ao tema. É apresentada uma breve contextualização da Política Estadual dos Recursos Hídricos, definida a base organizacional para a gestão dos recursos hídricos em Mato Grosso e, identificados os CBHS instituídos no Estado. O conjunto dos elementos apresentados subsidia a reflexão sobre a importância e o papel efetivo dos CHBS na gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos.

Palavras-chave: Recursos hídricos; Participação popular; Gestão.

INTRODUÇÃO

A água é um recurso natural e finito, essencial à existência e manutenção da vida, ao bem-estar social e ao desenvolvimento socioeconômico (Paes et al., 2010). Considerando tais aspectos, a preservação dos recursos hídricos, tanto em termos quantitativos como qualitativos, constitui-se medida essencial à continuidade dos ciclos naturais do planeta e à sobrevivência das atuais e futuras gerações.

Atualmente o Brasil encontra-se em um ritmo acelerado de crescimento, elevando a demanda por consumo de água. Ao mesmo tempo em que os empreendimentos necessitam de água em seus processos, despejam resíduos nos corpos d'água. A poluição causada por estes despejos pode alcançar os mananciais de forma pontual ou difusa, sendo esta última mais difícil de quantificar e controlar (Mota, 2003).

Considerando a expansão das atividades econômicas e sua implicação para o ambiente, é possível mencionar o caso de Mato Grosso. Este possui papel fundamental na balança comercial do país em razão da sua produtividade agropecuária, do aumento das indústrias ligadas ao agronegócio e expansão de usinas hidrelétricas.

Neste contexto, as atividades econômicas desenvolvidas em Mato Grosso acabam por exercer forte pressão sobre os seus recursos hídricos, concorrendo para inúmeros problemas de ordem ambiental, tais como o assoreamento do leito dos rios, diminuição da disponibilidade hídrica para diversos usos, supressão da vegetação nativa e redução da qualidade ambiental que afeta diretamente a qualidade de vida da população (Wantzen; Silva, 2006; Possavatz et al., 2014; Hunke et al., 2015; Rocha, 2015).

Para minimizar os danos que este modelo de desenvolvimento pode causar ao ambiente, é preciso implementar integralmente as políticas públicas ambientais (Pinheiro et al., 2013). Além disso, é necessário que todos os setores da sociedade participem. Conforme mencionado na Política Nacional dos Recursos Hídricos, Lei n.º 9.433/1997 (BRASIL, 2010), um fundamento capaz de integrar a participação popular na gestão dos recursos hídricos é através da atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHS).

Os CBHS apresentam-se como órgãos colegiados onde são debatidas as questões regionais referentes à gestão dos recursos hídricos. Ao realizar a gestão das águas incluindo os CBHS, as soluções de conflitos pelo uso dos recursos hídricos e as ações de planejamento

ambiental para uma determinada região, tendem a ser solucionadas de forma legítima, considerando-se que os próprios afetados é quem discutirão as ações necessárias.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é abordar a atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas na gestão dos recursos hídricos em Mato Grosso.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e exploratório, sendo realizada a partir de consultas às bases de dados pertinentes ao tema. Foram examinados artigos científicos, e livros disponibilizados em páginas da internet, sendo eles: Google Acadêmico, Scielo, e sites relacionados à área de recursos hídricos e ambiental, a exemplo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT) e Agência Nacional de Águas (ANA). As buscas foram realizadas a partir de terminologias em português, tendo como palavras-chave: bacias hidrográficas; comitês de bacias hidrográficas; gerenciamento dos recursos hídricos.

Foram utilizados produtos cartográficos disponibilizados de forma aberta na internet: divisão territorial (IBGE, 2015) e Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (BRASIL, 2017). Assim foi possível mapear os CBHS com software livre para Sistemas de Informações Geográficas (Qgis Development Team, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gestão dos recursos hídricos participativa e descentralizada

No Brasil, as primeiras legislações acerca dos recursos hídricos foram criadas em 1934, com o Código das Águas. Com o passar dos anos, esta Lei foi sendo modificada, culminando na Política Nacional dos Recursos Hídricos – Lei Federal n.º 9.433/1997 (Oliveira et al., 2015).

A Política Nacional dos Recursos Hídricos destacou a importância da água como um bem de domínio público, limitado e dotado de valor econômico. Considerou também os usos múltiplos da água, sob a perspectiva de uma gestão descentralizada e participativa.

O Estado de Mato Grosso, seguindo os modelos e premissas das Leis Federais, aprovou a Lei n.º 6.945/97, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos - PERH (MATO GROSSO, 2009), a qual estabeleceu o Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e as diretrizes para o gerenciamento das águas no Estado. Ao poder público estadual, determinou a competência de auxiliar a criação e a manutenção dos CBHS.

A Resolução n.º 04/2006 (MATO GROSSO, 2006a), regulamenta a criação dos CBHS, os quais se originam das demandas e vontade da sociedade local. Compete a Gerência de Fomento e Apoio a Comitês de Bacias Hidrográficas, setor integrado a SEMA/MT (órgão gestor/coordenador do Sistema Estadual de Recursos Hídricos) responder diretamente pela gestão integrada, descentralizada e participativa dos recursos hídricos.

Cabe a Gerência de Fomento e Apoio a Comitês de Bacias Hidrográficas: 1) Fomentar a criação e manutenção de Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado; 2) Promover a publicidade legal dos documentos oficiais desses Comitês; 3) Promover a participação dos Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais na elaboração e execução dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos - PERH; 4) Exercer a interlocução entre os Comitês de Bacias Hidrográficas e o órgão coordenador / gestor no processo de elaboração, implantação, avaliação e revisão do Plano Diretor de Bacia Hidrográfica - PDBH; 5) Preparar material para divulgação dos comitês; 6) Promover a capacitação em gestão de recursos hídricos dos membros dos comitês de bacias e usuários de água.

O papel de muitos técnicos tem sido estratégico para o fortalecimento do Comitê, principalmente para que a informação possa convergir, ser sistematizada e produzir indicadores (Jacobi e Francalanza, 2005).

Com relação às atribuições dos CBHS a PERH determina a estes colegiados a possibilidade de promover o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos e a devida articulação das entidades intervenientes; os estudos e a discussão dos planos que poderão ser

executados na área da bacia; as ações de entendimento, cooperação, fiscalização e eventual conciliação entre usuários competidores pelo uso da água da bacia; ou também propor ao órgão gestor ações imediatas quando ocorrerem situações críticas; ou ainda sugestões ou alternativas para a aplicação da parcela regional dos recursos arrecadados pelo FEMAM (Fundo Estadual de Meio Ambiente) na região hidrográfica e critérios de utilização da água.

A Gestão Territorial dos Recursos Hídricos no Espaço Mato-grossense

Mato Grosso é considerado o terceiro maior Estado Brasileiro em dimensão, com 903.357 km² (Dalla Nora e Netto, 2012). Apresenta uma ampla diversidade ambiental proporcionada pelos fatores bióticos e abióticos. Em seu domínio estão inseridos três importantes biomas brasileiros: a Floresta Amazônica, o Cerrado e o Pantanal. E uma vasta área de transição entre Floresta e Cerrado, denominada Ecótono. Apresenta um extenso sistema de drenagem, conhecido por abrigar as nascentes de três relevantes bacias hidrográficas: Paraguai, Amazônica e Araguaia-Tocantins.

A gestão territorial dos recursos hídricos no espaço mato-grossense é regulamentada pela Resolução nº 05/2008 (MATO GROSSO, 2006b). Neste dispositivo é definida uma base organizacional que contempla as bacias hidrográficas como unidade de planejamento e gerenciamento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Além de disponibilizar informações à sociedade, tem por objetivo fomentar e organizar os CBHS.

Situação dos Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado de Mato Grosso

Foram identificados dez (10) CBHS instituídos em Mato Grosso (Figura 2), conforme consta nas Resoluções a seguir:

1. Resolução 01/2003, aprovou o Regimento Interno, que apresenta a instituição e organização do Comitê das Sub-Bacias Hidrográficas dos Ribeirões do Sapé e Várzea Grande (Covapé);
2. Resolução 36/2010, instituiu o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sepotuba;
3. Resolução 53/2012, instituiu o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Baixo Curso do Rio Teles Pires;
4. Resolução 51/2013, aprovou a proposta de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Alto Curso do Rio Araguaia;
5. Resolução 55/2013, instituiu o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço;
6. Resolução 75/2015, instituiu o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Direita do Alto Curso do Rio Teles Pires;
7. Resolução 77/2015, instituiu o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Rio Cuiabá;
8. Resolução 78/2015, instituiu o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal;
9. Resolução 86/2016, instituiu o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Jauru;
10. Resolução 87/2016, instituiu o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Médio Curso do Rio Teles Pires;

O primeiro organismo de bacia instituído em Mato Grosso foi o CBH-Covapé, no ano de 2003, motivado pelo conflito de uso da água proveniente da irrigação desordenada nas Sub-Bacias Hidrográficas dos Ribeirões do Sapé e Várzea Grande.

Em 2010 foi criado o CBH-Sepotuba com o propósito de implementar ações de educação ambiental e discutir/avaliar a instalação de empreendimentos utilizadores de recursos naturais na bacia. Este CBH dispõe de vasto material relacionado às suas atividades e, portanto, pode ser considerado um CBH bastante atuante.

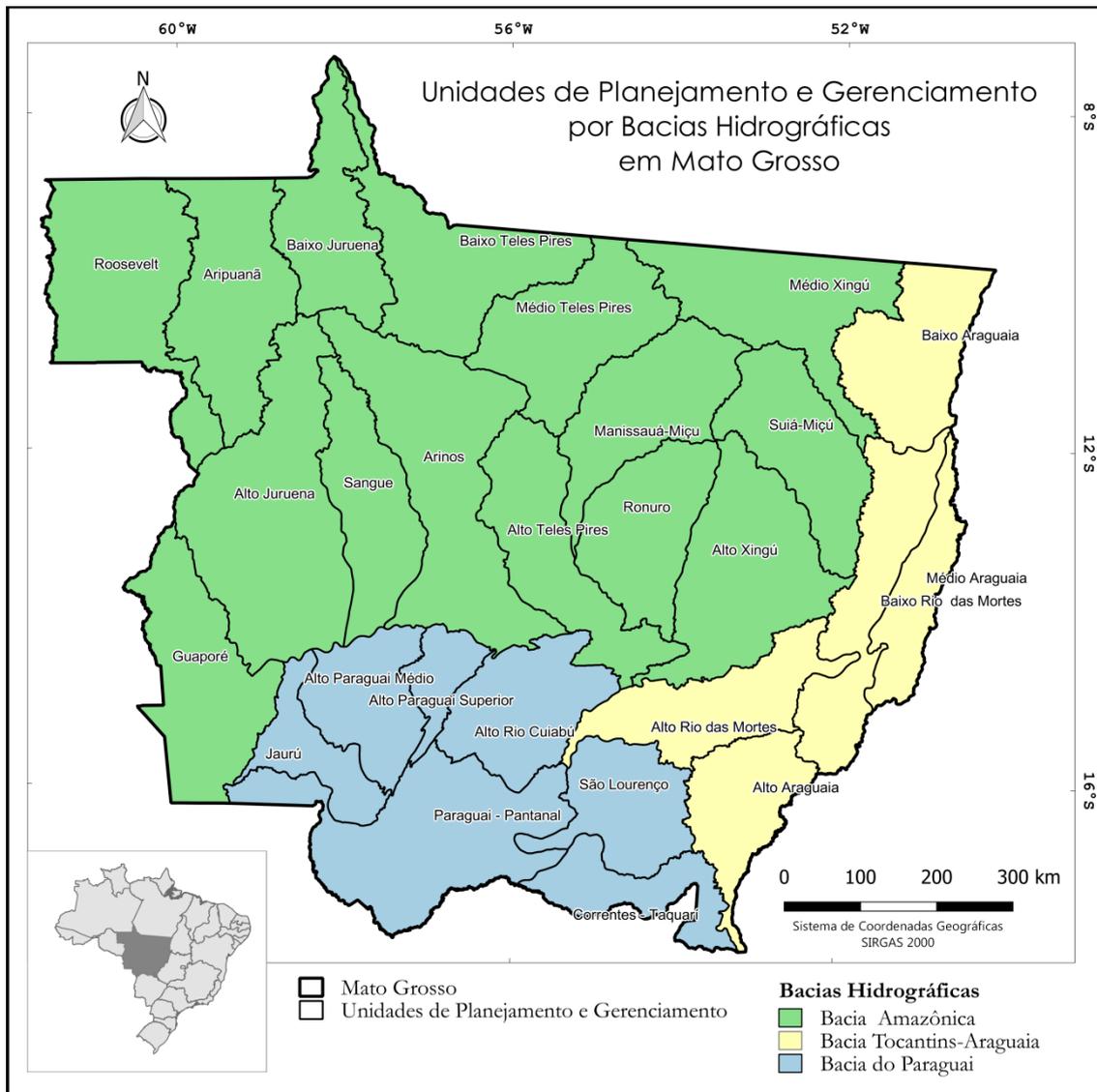


Figura 1. Gestão territorial dos recursos hídricos em Mato Grosso.

Nos anos de 2012 e 2013 foram criados os CBHS Baixo Teles Pires ME e São Lourenço, respectivamente. Como não foram obtidas informações detalhadas de suas atividades, sendo observado reduzido material de divulgação dos mesmos, infere-se que tais organismos apresentam baixa atuação e/ou deficiência em publicizar os seus dados.

Em 2015 foi criado o CBH-Alto Teles Pires em função da crescente demanda de utilização dos recursos hídricos em projetos de irrigação, caimento da qualidade da água, além de carreamento de resíduos de pesticidas utilizados em larga escala pelo agronegócio da região. Moreno e Higa (2005), destacam que na área de drenagem do Alto Teles Pires predomina o cultivo extensivo da soja, arroz e milho.

Para os anos de 2015 e 2016, observou-se um aumento significativo quanto à instalação de CBHS em Mato Grosso. Ao todo, foram instituídos cinco (05) comitês para o período mencionado, o que corresponde à metade do número dos colegiados propostos no Estado. Destes, o CBH-Cuiabá ME, CBH-Cabaçal e CBH-Médio Teles Pires tiveram os seus membros empossados no ano de 2017 e, portanto, encontram-se em fase inicial das atividades no “parlamento das águas”. Por fim, cabe destacar que o CBH-Alto Araguaia teve sua proposta de criação aprovada, contudo não foi instalado.

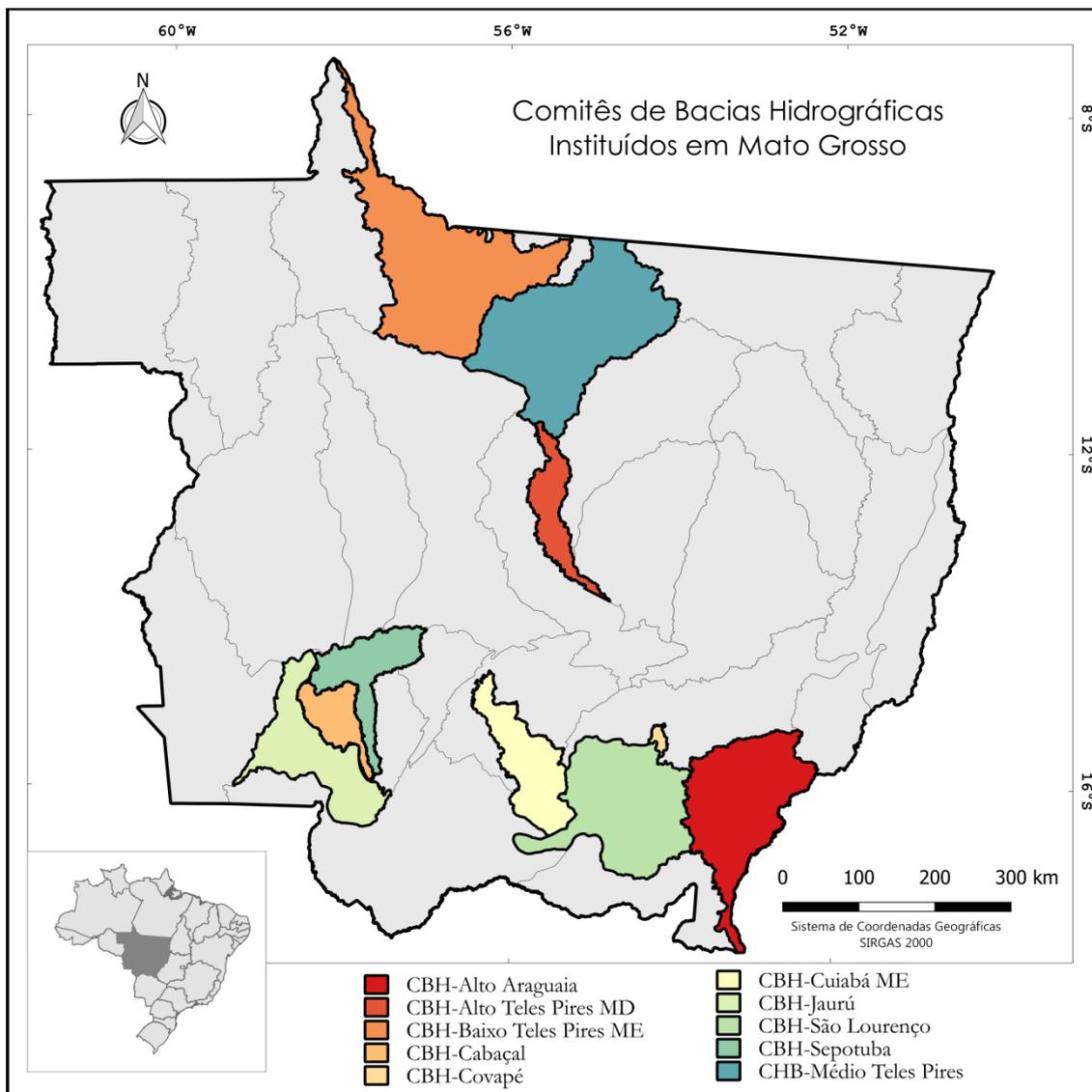


Figura 2. Comitês de Bacias Hidrográficas de Mato Grosso.

Cada comitê conta com a participação de representantes setoriais do governo, sociedade civil organizada e associações de usuários. São estes comitês mistos que deliberam sobre as ações a serem realizadas na bacia.

CONCLUSÕES

Este trabalho abordou a atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas em Mato Grosso. Foram apresentados dados e informações importantes sobre a instalação e atuação destes órgãos colegiados, possibilitando uma compreensão inicial da gestão dos recursos hídricos a nível local e regional.

Tais informações podem servir de embasamento para trabalhos posteriores, além de contribuir para os sistemas de informações sobre os recursos hídricos, oportunizando uma maior participação e controle social na Política Estadual dos Recursos Hídricos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Unidades estaduais de planejamento e gestão de recursos hídricos (UEPGRH)**. Brasília: Agência Nacional de Águas - ANA, 2017. Disponível em: <<http://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21, p. 9433-97, 2010.

DALLA NORA, G.; NETTO, L. D. R. G. Características Políticas e Naturais dos Recursos Hídricos no Estado de Mato Grosso. **Revista Geonorte**, v. 3, n. 4, p. 692-702, 2012.

HUNKE, P.; ROLLER, R.; ZEILHOFER, P.; SCHRÖDER, B.; MUELLER, E. N. Soil changes under different land-uses in the Cerrado of Mato Grosso, Brazil. **Geoderma Regional**, v. 4, p. 31-43, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.geodrs.2014.12.001>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

JACOBI, P. R.; FRANCALANZA, A. P. Comitês de bacias hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 11, 2005.

MATO GROSSO. **Resolução nº 04, de 31 de maio de 2006**. Institui a Divisão Hidrográfica do Estado de Mato Grosso. 2006a. Disponível em: <<http://goo.gl/buoPAj>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

MATO GROSSO. **Resolução Nº 05, de 18 de agosto de 2006**. Institui a Divisão Hidrográfica do Estado de Mato Grosso. 2006b. Disponível em: <<http://goo.gl/gMx62d>>. Acesso em: 10 maio 2017.

MATO GROSSO. **Plano Estadual dos Recursos Hídricos (PERH-MT)**. KCM Editora, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/5eGLfv>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MORENO, G.; HIGA, T. C. S. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MOTA, S. **Introdução à engenharia ambiental**. Rio de Janeiro: ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, 2003.

OLIVEIRA, L. B.; KOETZ, L. C. E.; PÉRICO, E.; MAZZARINO, J. M.; GRAVE, M. T. Q. Gerenciamento comunitário de recursos hídricos, uma questão de saúde: a água que temos e a água que queremos: percepção dos usuários de sociedades de água em um município rural da sub-bacia hidrográfica do Forqueta, RS. **Ambiência**, v. 11, n. 2, p. 359-374, 2015. <https://doi.org/10.5935/ambiencia.2015.02.07>

PAES, R. P. D.; SILVA, G. C. O.; PRIANTE, J. C. D. R.; LIMA, E. B. N. R.; FILHO, N. P. Estudo da redução do escoamento superficial direto em superfícies permeáveis. **RBRH - Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 15, n. 3, p. 97-107, 2010. <https://doi.org/10.21168/rbrh.v15n3.p97-107>

PINHEIRO, R. B.; MONTENEGRO, S.; SILVA, S.; MEDEIROS, Y.; AURELIANO, J. Outorga para lançamento de efluentes: uma metodologia de apoio à gestão de recursos hídricos. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos, Porto Alegre**, v. 18, n. 4, 2013. <https://doi.org/10.21168/rbrh.v18n4.p55-65>

POSSAVATZ, J.; ZEILHOFER, P.; PINTO, A. A.; TIVES, A. L.; DORES, E. F. G. D. C. Resíduos de pesticidas em sedimento de fundo de rio na Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. **Revista Ambiente & Água**, v. 9, n. 1, p. 83-96, 2014. <https://doi.org/10.4136/1980-993X>

QGIS DEVELOPMENT TEAM. **QGIS Geographic Information System - Open Source Geospatial Foundation**, 2017. Disponível em: <http://qgis.osgeo.org/pt_BR/site/>. Acesso em: 11 fev. 2017.

ROCHA, L. R. L. A área de influência da BR 163 no Estado do Mato Grosso: Desmatamento e sua relação com a saúde ambiental no município de Guarantã do Norte. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 13, n. 1, 2015. <https://doi.org/10.5102/uri.v13i1.3383>

WANTZEN, K.; PINTO-SILVA, V. Uso de substratos artificiais para a avaliação do impacto do assoreamento sobre macroinvertebrados bentônicos em um córrego de cabeceira no Pantanal do Mato Grosso, Brasil. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 11, n. 1, p. 99-107, 2006. <https://doi.org/10.21168/rbrh.v11n1.p99-107>